

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ALEGRETE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

MARCELLA MENEZES MARTINS

**O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTES E DURANTE A
PANDEMIA: UMA ANÁLISE**

**ALEGRETE
2021**

MARCELLA MENEZES MARTINS

**O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTES E DURANTE A
PANDEMIA: UMA ANÁLISE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial de
obtenção do título de licenciado em
Pedagogia na Universidade Estadual do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edilma Machado
de Lima

**ALEGRETE
2021**

Catálogo de Publicação na Fonte

M386p Martins, Marcella Menezes.

O planejamento da educação infantil antes e durante a pandemia: uma análise. / Marcella Menezes Martins. – Alegrete, 2021.

67 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Edilma Machado de Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Alegrete, 2021.

1. Educação infantil. 2. Pandemia. 3. Planejamento. I. Lima, Edilma Machado de. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

MARCELLA MENEZES MARTINS

**O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTES E DURANTE A
PANDEMIA: UMA ANÁLISE**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como requisito parcial de
obtenção do título de licenciado em
Pedagogia na Universidade Estadual do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edilma Machado
de Lima

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof.^a Dra. Edilma Machado de Lima
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Dra. Daiana Bortoluzzi Baldoni
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS

Prof.^a Dra. Mirna Susana Vieira de Martinez
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS

Dedico este trabalho com muito amor e gratidão aos meus amados pais, pois sempre estiveram ao meu lado, com todo cuidado e dedicação, me incentivando e acreditando na minha capacidade de perseguir os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus que permitiu que eu tivesse saúde e determinação para realizar este trabalho, fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos. Por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da graduação.

Agradeço também pelas amizades que construí no decorrer da minha história acadêmica. Sou grata pelo que aprendi ao longo desta caminhada, visto que, mesmo frente as dificuldades não deixei de seguir em frente rumo à conclusão desta etapa.

À família pelo incentivo aos estudos, compreensão e por todo apoio. Sem o acolhimento e aconchego do nosso lar, os desafios se tornariam inigualáveis. Especialmente aos meus pais, aproveito para agradecer a presença e o amor incondicional na minha vida sempre, EU AMO VOCÊS!

Aos meus amigos e colegas, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que permitiram-me crescer não só como pessoa, mas também como profissional.

Agradeço à Uergs, seu corpo docente, direção, administração, e demais funcionários, que de uma forma ou de outra contribuíram para enriquecer minha trajetória acadêmica, com comprometimento e dedicação, sempre com o intuito de solucionar nossas dúvidas e inquietações, não medindo esforços para ajudar.

À todas as professoras, sou muito grata pelos conhecimentos, reconheço o esforço gigante de muita paciência e sabedoria. Foram esses que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias. Docentes que lutam cotidianamente pela nossa Universidade, sempre com compromisso para uma de educação de qualidade e conosco, os alunos.

Meu agradecimento especial a minha Orientadora Prof^ª. Dra. Edilma Machado de Lima, que apesar da sua rotina intensa de vida acadêmica e com inúmeros compromissos, aceitou ser minha orientadora neste trabalho. Agradeço pela oportunidade de ter aprendido alguns, dentre tantos conhecimentos no decorrer de sua caminhada como pedagoga e pesquisadora. Suas valiosas indicações fizeram toda a diferença. Agradeço a confiança, maneira carinhosa com que deu suporte as correções para a elaboração e finalização deste trabalho.

Agradeço grandemente às professoras Dra. Daiana Bortoluzzi Baldoni e Dra. Mirna Susana Vieira de Martinez, pela disponibilidade, por terem aceitado meu convite

e dedicado seu tempo para serem banca de defesa deste trabalho. E também pelas brilhantes considerações ofertadas ao longo do curso.

Enfim, finalizo, agradecendo a todos, mesmo a alguns que não mencionei aqui, mas que me ajudaram, de alguma forma, tenham a certeza que foram essenciais para que eu alcançasse este objetivo, pelo qual tanto almejei. Gratidão!

“Se a educação não for provocativa, não constrói, não se cria, não se inventa, só se repete.”

Mário Sergio Cortella [s/d]

RESUMO

O presente trabalho trata de uma análise sobre o Planejamento da Educação Infantil e tivemos como objetivo geral investigar a organização do planejamento na Educação Infantil durante o período pandêmico. Tal proposta, aliada às teorizações de pesquisadores como Ariès (1981), Freire (2011), Rosa (2020), Senhoras (2020), Ostetto (2000), dentre outros, constituiu o marco teórico e legal que embasa o trabalho. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e o estudo de caso como método. O instrumento utilizado foi o questionário com duas professoras, sendo uma da rede municipal e outra da rede privada de ensino em Alegrete/RS. Para analisar os dados, elegemos a análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que apesar dos obstáculos enfrentados frente a pandemia do Covid-19, as professoras realizaram inúmeros planejamentos, de acordo com as peculiaridades da sua turma. Os dados coletados demonstraram que o planejamento é reconhecido e muito importante no cenário escolar, diante da sua organização na rotina das crianças e como uma espécie de guia para os docentes.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Pandemia. Planejamento.

RESUMEM

El presente trabajo trata de un análisis de la Planificación de la Educación Infantil y tuvo como objetivo general investigar la organización de la planificación en la Educación Infantil durante el período de pandemia. Esta propuesta, junto con las teorías de investigadores como Ariès (1981), Freire (2011), Rosa (2020), Senhoras (2020), Ostetto (2000), entre otros, constituyeron el marco teórico y jurídico que sustenta el trabajo. La investigación tuvo un enfoque cualitativo y el estudio de caso como método. El instrumento utilizado fue un cuestionario con dos profesores, uno de la red municipal y otro de la red de escuelas privadas de Alegrete / RS. Para analizar los datos, optamos por la metodología de Análisis de Contenido. Los resultados mostraron que a pesar de los obstáculos que enfrentó la pandemia Covid-19, los docentes llevaron a cabo numerosas planificaciones, de acuerdo con las peculiaridades de su clase. Los datos recolectados mostraron que la planificación es reconocida y muy importante en el ámbito escolar, dada su organización en la rutina de los niños y como una especie de guía para los docentes.

Palabras clave: Educación Infantil. Pandemia. Planificación

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REDE DE ENSINO	41
QUADRO 2 – TEMPO DE DOCÊNCIA	41
QUADRO 3- ETAPA DE ENSINO QUE ATUA E TEMPO DE DOCÊNCIA NESSA MODALIDADE	41
QUADRO 4- MÉDIA DE IDADE DOS ALUNOS.....	42
QUADRO 5 – CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	42
QUADRO 6 – ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.....	43
QUADRO 7- IMPORTÂNCIA DE OBSERVAR O ENTORNO DA ESCOLA.....	44
QUADRO 8- REAÇÃO DAS CRIANÇAS MEDIANTE A AÇÃO DO PROFESSOR.....	46
QUADRO 9 - RETORNO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO AS ATIVIDADES PROPOSTAS	47
QUADRO 10 – O PLANEJAMENTO ANTES DA PANDEMIA	48
QUADRO 11 - O PLANEJAMENTO.....	49
QUADRO 12 - PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DURANTE AS AULAS REMOTAS.....	50
QUADRO 13 - TIPOS DE ATIVIDADES NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIANTE DA PANDEMIA.....	51
QUADRO 14 - MAIORES DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO NO PERÍODO PANDÊMICO	52
QUADRO 15- RETORNO PRESENCIAL DOS ALUNOS AINDA EM UM MOMENTO PANDÊMICO	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA E COMO SE DEU A ESCOLHA DO TEMA OBJETO DA PESQUISA	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
2.2 PLANEJAMENTO DE ENSINO	24
2.3 PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	27
2.4 PLANEJAMENTO E PANDEMIA	31
3 ENCAMINHAMENTOS METODOLOGICOS	37
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	37
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	39
4 ANÁLISE DOS DADOS	40
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	64

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil estabelecida como a primeira etapa da Educação Básica contemplando crianças com idade entre zero e cinco anos de idade, tem como finalidade principal o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 1996). Nesse sentido, além dos cuidados, o docente precisa estimular cognitivamente, psicologicamente e fisicamente a criança, seja por meio de atividades contempladas no currículo, experiências lúdicas, direcionadas ou livres, com um único objetivo que é o de proporcionar o seu desenvolvimento integral.

Tendo em vista as possibilidades de ações e atividades que podem ser desenvolvidas na Educação Infantil, é preciso que o professor leve em conta um Planejamento para que seja realizada a organização dessas atividades. Pois, segundo Ostetto (2000, p.177), “o planejamento é instrumento orientador do trabalho docente”.

Sendo assim, esse instrumento tem a possibilidade de auxiliar o docente a pensar e repensar, de rever e aperfeiçoar suas práticas. Considerando que “O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico” (OSTETTO, 2000, p. 177). Além do mais, o professor no momento de realizar suas ações, é capaz de verificar e identificar os objetivos que foram alcançados junto às crianças e os que ainda não foram alcançados com sucesso.

Considerando, portanto, o que destacamos acima, na tessitura desse estudo, buscamos em artigos, textos bibliográficos de cunho qualitativo elencar princípios do planejamento na Educação Infantil em tempos de pandemia. Pretende-se mostrar o auxílio que o planejamento possibilita trazer para a prática pedagógica de um professor, juntamente com princípios que podem ser utilizados na elaboração de um projeto de ensino.

Ostetto (2012) ressalta que o planejamento não pode ser limitado a uma lista de atividade formalmente construída para servir apenas como demonstração, mas sim compreendido a partir de um processo de reflexão, que envolva os afazeres do trabalho pedagógico sem deixar de lado a flexibilidade, uma vez que o cotidiano apresenta imprevistos, e precisam ser analisados e anexados ao trabalho elaborado.

No entanto, com a pandemia do Coronavírus (Covid-19), no Brasil, as aulas precisaram ser suspensas, a partir do mês de março de 2020, para tentar frear a

disseminação do vírus. As aulas passaram a ser ofertadas em formato remoto, sendo algo que viria a substituir temporariamente a modalidade das aulas presenciais. Com isso, os docentes tiveram que passar a organizar aulas remotas, atividades de ensino mediadas pela tecnologia, mas que se orientam pelos princípios da educação presencial (ROSA, 2020), necessitando possuir habilidades com várias ferramentas voltadas para o manejo tecnológico, como, por exemplo: Google Meet, Plataforma Moodle, Chats e Live (Transmissão ao vivo).

Desta forma, o ensino remoto já não está sendo utilizado em muitas instituições, então foi sendo utilizado ainda como continuidade as atividades que até então eram presenciais.

O Ministério da Educação editou Pareceres e Portarias que ressaltam que a Educação Infantil, de acordo com suas necessidades e particularidades, precisam envolver-se em procedimentos lúdicos e corresponder aos vínculos que necessitam ser fortalecidos com as crianças, como a interação social. Assim, o parecer CNE/CP nº 5/2020 consta:

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (BRASIL, PARECER CNE 5, 2020, p. 9).

É notório que muitos professores da Educação Infantil ainda perplexos com a realidade das aulas remotas vinham buscando novas metodologias no seu planejamento e formas de tornar as aulas ainda mais prazerosas e respeitando o momento de pandemia. Ostetto (2012) resalta a necessidade de o planejamento pedagógico adequar-se ao mundo das crianças, em outras palavras: mergulhar nas suas aventuras; entender seus medos e anseios; refletir sobre a maneira de como veem o mundo. Isso consiste em observar cada passo dado enquanto as relações de vínculos são construídas através da relação afetiva.

É notória a importância do planejamento na Educação Infantil, ainda mais como forma de organizar a rotina das crianças no dia a dia. Este estudo foi fundamentado em autores renomados, pesquisas já realizadas e documentos existentes com foco nessa área e tivemos como questão norteadora a seguinte indagação: **De que forma**

o planejamento na Educação Infantil está sendo organizado diante dos obstáculos frente a pandemia da Covid-19?

A partir desta questão tivemos como objetivo geral *investigar a organização dos planejamentos na Educação Infantil e os seus resultados, diante o período pandêmico*. E como específicos: *Observar o processo do planejamento pedagógico na Educação Infantil, Analisar as metodologias utilizadas no processo docente nesse período pandêmico e Comparar os planejamentos da rede privada e da rede municipal*.

Alguns dos autores que nos acompanharam na construção do referencial teórico foram Ariès (1981), Kuhlmann (2001), Mello (2010). Assim, este estudo ficou estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo discutimos o histórico da educação infantil, o Planejamento de Ensino, e o Planejamento na Educação Infantil, o Planejamento e Pandemia. Posteriormente no segundo capítulo, apresentamos os encaminhamentos metodológicos e análise dos dados que foram divididas em duas etapas: na primeira, expusemos a coleta de dados dos questionários e análise dos questionários aplicados. Por fim, nossas considerações finais.

1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA E COMO SE DEU A ESCOLHA DO TEMA OBJETO DA PESQUISA

Primeiramente, é importante situar os leitores de onde fala a autora, para que possam compreender melhor o porquê do tema escolhido, bem como sua relevância social. O momento a ser descrito, será o relato de alguns momentos da minha trajetória acadêmica.

Após a conclusão do Ensino Médio, realizei a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e fui aprovada na seleção para cursar Ciência da Computação na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), mas não consegui me identificar nessa área. Foi então que descobri minha paixão pela área da Educação, quando tive a oportunidade de ministrar aulas particulares para uma vizinha, desenvolvendo atividades na disciplina de matemática, experiência pela qual descobri que eu deveria seguir nessa belíssima profissão. Decidi, então cursar Pedagogia e desde o início da graduação tive oportunidade de viver inúmeras experiências em sala de aula como auxiliar de turma e como professora substituta em uma Instituição de ensino privada. Em 2017 quando realizei um estágio remunerado desenvolvido em uma Escola Municipal de Alegrete, experiência pela qual, vivenciei ser auxiliar na turma de

maternal tive a oportunidade de interagir e desenvolver atividades com crianças de 3 a 4 anos de idade e foi nesse momento que me encantei pela Educação Infantil.

A partir dessa escrita, faço uma grande reflexão desse período de início da minha carreira na área da educação em que percebo a importância da Educação Infantil, como uma das grandes etapas da Educação Básica. Etapa que dá início as experiências fora do convívio familiar, das descobertas, aos questionamentos sobre o mundo. Na escola eles podem melhorar seu processo de autonomia, aprender a conviver com as diferenças, ampliar seu repertório e desenvolver habilidades.

Esse é um dos motivos pelos quais eu escolhi pesquisar mais a fundo, visto que me encanta o carinho, o afeto e o amor que as crianças nos demonstram, não tem preço e nem valor para mensurar. Ser mediadora de uma aprendizagem que está sendo construída, contribuindo para tornar o âmbito escolar um ambiente de relações, interpretar informações, auxiliando e cooperando na formação de visão de mundo dos alunos, deve ser o papel do educador.

Quanto ao tema escolhido para o trabalho de conclusão de curso e sua relevância social, penso que dentre todos os processos inerentes a escolarização, o planejamento é um assunto muito relevante para se pesquisar, pois além de ser um tema que faz parte da formação da pedagogia agrega muito na minha carreira profissional. Isso, porque terei a possibilidade de conhecer a importância em que o professor terá de encontrar soluções para avançar no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos. O planejamento é uma ferramenta que contribuiu para pensarmos e organizarmos como se trabalhar na perspectiva do desenvolvimento integral da criança, nesse estudo mais especificamente na Educação Infantil, visto que, auxilia na organização da rotina das crianças, traçando objetivos, e metodologias, para que assim os alunos, possam vivenciar novas experiências, explorar, conhecer. Além do mais, com o momento pandêmico, em que estamos vivenciando, despertou-me interesse em refletir e contextualizar, como as professoras da educação infantil, construíam seu planejamento antes da pandemia, e na atualidade como elas tiveram que se reinventar no que diz respeito a sua metodologia seja com aulas on-line, ou remotas, presenciais entre outros formatos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antigamente o conceito de infância não era reconhecido como é atualmente, uma vez que ao estudar a infância e educação, percebe-se as transformações que ocorreram no decorrer da história da infância e da Educação Infantil. Assim, entendemos que antes de iniciarmos a discussão propriamente sobre o objeto do nosso estudo, precisamos realizar uma breve retomada, acerca das concepções de infância e da criança para compreendermos o processo de sua evolução e, posteriormente, entendermos, também a história da Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica em que tem como seus frequentadores, as crianças de 0 a 5 anos de idade.

Na antiguidade a criança era ignorada enquanto sujeito histórico, partindo de uma cultura com aspectos específicos respeitando suas individualidades, sem um lugar que fosse pensado e adequado para a criança. Elas eram diferenciadas dos adultos apenas por seu tamanho, viviam afastadas das suas mães pois logo cedo tinha que aprender tarefas dos adultos, ajudando-os na sua realização.

No final da Idade Média, ainda não se tinha uma formação concebida quanto ao termo infância. Esse período era visto como algo negativo no qual, deveria passar rapidamente, para que não deixasse vestígio para a vida adulta. Ariès (1981) apud Kuhlmann Jr. (2010, p. 33), com relação a infância, diz que:

Sendo a infância negada no período medieval, as crianças eram percebidas como insignificantes como homens em tamanho reduzido, 'a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição'.

O historiador francês Philippe Ariès, considerado um pesquisador sobre a infância, apresenta que a criança, no período medieval, era considerada como um ser repleto de inocência, fragilidade e capaz de ter suas características próprias. Era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. Entretanto, quando “[...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (ARIÈS, 1978, p. 11). Destaca o papel da criança como um ser repleto de inocência. Segundo ele, “a criança que possuía essas características, tornava-se uma fonte de distração e de

relaxamento para o adulto, visto que baseava em um sentimento chamado de paparicação.” (ARIÈS, 1981, p. 100). Por outro lado, havia apego como uma maneira de contradizer a paparicação, pois preocupavam-se com uma educação de disciplina e racionalidade.

Somente a partir dos séculos XVII e XVIII que, surge uma nova concepção de infância, onde ressalta a necessidade de respeitar essa fase peculiar que traz consigo características próprias. Por isso, Ghiraldelli (2008, p. 19) aponta, duas concepções sobre a infância:

Em uma primeira concepção, a infância é vista como uma fase negativa, que deve ocorrer, sim, mas que deve passar. Deve terminar para dar espaço o aparecimento do adulto enquanto antítese da criança. A infância, nessa acepção, é a época da rebeldia, e então a criança deve ser conduzida da heteronomia à autonomia por meio de regras exteriores, postas pelo adulto. A autonomia e individualidade nascem 'de fora para dentro'. Em uma segunda configuração, a infância é vista como uma fase positiva que deve não só ocorrer, mas ser prolongada, de modo a poder contaminar para toda a vida o homem que dela deve surgir. A infância nessa acepção, é assumida como uma fase de criatividade e pureza, e se a disciplina deve aparecer, ela deve vir como autonomia tirada 'de dentro para fora' (2008).

Portanto, é na Idade Moderna que a segunda concepção é colocada em prática, ou seja, no fortalecimento da criança e da infância, que já passou a ser vista de forma especial, onde a família percebe uma nova função de respeitá-la prestando a ela cuidados e proporcionando a escolarização para formação moral e intelectual.

Foi também na Idade Moderna, que João Amós Comenius (1512-1670), renomado pedagogo, considerado o pai da educação moderna (FUCKS, s/d)¹ enxergava a criança como um ser que tinha sentimentos, delicado e com inteligência. E quanto a esse último aspecto voltado para a educação, desenvolveu a didática magna “[...] que tinha como visão a possibilidade de ensinar tudo a todos” (ARRUDA, 2007, p. 46)².

Com a modernidade, “as crianças passaram a ser separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade” (ÁRIES, 1981). Bem como, as concepções de criança e infância avançaram com as transformações sociais e, também diante de novas pesquisas voltadas para o campo da psicologia e pedagogia.

¹ <https://www.ebiografia.com/comenius/>

² <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2484/1/Gracione%20Maia%20Pereira%20da%20Costa%20Arruda.pdf>

Na Idade Moderna de acordo com Silva (2009, s/n) “o século XVI foi marcado por transformações na sociedade, com o crescente poder da classe burguesa, foram surgindo ideias, com o intuito de tornar uma nova sociedade.”

Enquanto isso, surge um novo olhar para a criança, que passa a ocupar um maior espaço dentro da sociedade e novas demandas passam a entender as suas necessidades. Nesse sentido, Kramer (1987) acrescenta que:

[...] se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ('de adulto') assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 1987 apud MAIA, 2012, p.19).

De acordo com Ariès (1981), o sentimento de infância é criado na modernidade, fortalecendo a valorização e as particularidades da infância, mas nem por isso elas são reconhecidas e praticadas da mesma maneira para todas as crianças. As crianças que eram das classes trabalhadoras, onde o conceito de “infância” era destruído, em nome de um ideal de modernidade e evolução, morriam trabalhando em indústrias ou por não haver condições de dispor de uma higiene adequada, ou algumas tinham parte do corpo mutilados, e nem sequer recebiam pagamento pelo seu trabalho.

Além disso, o sentimento da infância tornou-se lembrado a partir do século XVI e durante o século XVII, visto que, na contextualização ao período da modernidade, os costumes começam a mudar, tal como a preocupação com a educação e cuidado com a criança. Conforme, fatores foram surgindo a partir do sentimento de infância, tendo como exemplo, a produção de brinquedos especialmente para crianças, o processo de escolarização, separando as crianças do espaço a que eram submetidas no convívio com os adultos, como também a nova configuração de família nuclear (ÁRIES, 1981).

Com o surgimento da escola moderna, no final do século XVII, a família começou a ter um olhar voltado para a criança, a amabilidade e a educação tornaram-se fundamentais. A família passou a ter função moral e espiritual, sendo que a partir da modernidade, a responsabilidade de preparar os filhos para funções e encargos adultos, acaba sendo papel da escola, com o intuito de discipliná-los. Assim, a criança torna-se um ser a receber educação. Destaca Ariès (1981),

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. [...] A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÈS, 1981, p.12).

Já na Idade Contemporânea, a visão de criança apresenta-se com uma nova concepção ao consideramos as suas peculiaridades e condições de desenvolvimento com características próprias. Tendo em vista que, as discussões sociais que permitem a criança ser considerada um ser de direitos, com as suas singularidades, é porque o termo foi importante ao longo da sua história, sendo reconhecidas as necessidades de modificações no conceito.

O início do século XX, no que diz respeito a instituição para crianças, foi marcado por uma concepção de escola assistencialista, momento registrado pela fundação das primeiras instituições pré-escolares com caráter assistencialista no Brasil. (KUHLMANN, 2001). Se anteriormente a sociedade visualizava a imersão da criança no mundo adulto, onde elas teriam que aprender o ofício da criança, a partir da contemporaneidade isso já passa a ser diferente, uma vez que essa criança é resguardada e separada por faixa etária.

De acordo com Dolto (1993), a criança é inserida na escolarização nos anos iniciais de vida, tendo em vista, que por questões de compromisso dos pais, a criança já passa um período longo em instituições e creches. A escola tornou-se fundamental no processo de uma “nova” criança, como afirma Ariès (2006, p. 6): [...] a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles”.

A educação era disponibilizada para as classes baixas da sociedade, com papel de assistência e de compensação, já para as da alta sociedade era oferecido uma educação que fosse para o desenvolvimento de aprendizagens de um ensino preparatório. Assim como relata Oliveira (2005):

Enquanto Rui Barbosa considerava o jardim de infância como a primeira etapa do ensino primário e apresentou, em 1882, um projeto de reforma da instrução no país, distinguindo salas de asilo, escolas infantis e jardins de infância, observava-se, outrossim, o fortalecimento de um movimento de proteção à infância, que partia de uma visão preconceituosa sobre a pobreza,

defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos (OLIVEIRA, 2005, p. 93).

No período de 1899 a 1930, os estabelecimentos de ensino são organizados e leis são decretadas na regulamentação do atendimento à infância, criando uma nova concepção voltada para a criança brasileira.

Entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, a mulher teve uma grande presença no mercado de trabalho, diante disso houve uma pressão dos movimentos sociais para que expandissem o atendimento educacional, onde foi ampliado o atendimento para crianças de 4 a 6 anos de idade (KRAMER, 1987).

Se antigamente a educação era pautada com caráter assistencialista e compensatória, agora o atendimento a criança envolve aspectos educacionais e de cuidado. Nessa perspectiva, Sarmiento e Pinto (1997) nos dizem que:

O processo de valorização da infância e os estudos do processo de desenvolvimento e de socialização das crianças conheceram, a partir do século passado, desenvolvimentos qualitativos a que não é alheio, certamente, o novo quadro de problemas sociais originados pela industrialização e o movimento social 'pelos direitos da criança', que começa a manifestar-se já desde o século XVIII, mas que acabará por ver.

Embora a Lei garantisse a educação para crianças, jovens e adultos, ainda não era obrigatório o ensino infantil. Após décadas depois, entre 1940 e 1960, começou a tramitação em busca da elaboração da primeira LDB da Educação, publicada em 1961. Destaca-se no:

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Art.23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância. Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança e sua integração no meio físico e social (BRASIL, 1961).

A partir disso, mesmo que ainda sem a obrigatoriedade, há um novo olhar para a criança, que é reconhecida como sujeito de direitos e, também, protagonista. Complementa o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998, p. 21) que diz “a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, como uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”. Esses

avanços foram adquiridos através das lutas de movimentos sociais e trabalhistas, com embates políticos, para garantir o direito de uma educação de qualidade.

Seguindo os avanços a partir da responsabilidade do Estado com os direitos da criança quanto a garantia na educação, encontra-se na CF Brasileira de 1988, que segundo o art. 208, no inciso IV o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade ficará como responsabilidade do Estado (BRASIL, 1988). Almeida destaca que:

A Constituição Brasileira de 1988 inaugurou uma nova fase doutrinária em relação à criança e ao adolescente. Foi a primeira constituição brasileira que considerou explicitamente a criança como sujeito de direitos e também foi a primeira constituição brasileira que falou de creches e pré-escolas. Estas instituições aparecem como direito dos trabalhadores homens e mulheres, urbanos e rurais, que tem 'direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas'. (ALMEIDA, 2010, p. 52)

Desse modo a criança passa a ser vista como cidadã, e assim lhe é conferidos direitos assegurados por lei, passando a ser dever de todos garantir a proteção da criança, como estabelece a Constituição Federal de 1988:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à liberdade à convivência familiar e comunitária. [...]. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, o governo hoje já assume responsabilidades em garantir direitos, para além da família, pois passou a adquirir uma nova concepção de educação. Com isso Alves, acrescenta:

[...] A constituição Federal de 1988 representou para a educação infantil uma enorme abertura na política educacional do país ao considera-la como direito da criança e da família e dever do Estado. A educação infantil, que antes tinha cunho assistencialista, no segmento creche, passou a figurar como um direito da criança (ALVES, 2011, p. 28).

Dessa forma, somente no final do século XX:

[...] se acolheu o atendimento às crianças [...] dentro das políticas públicas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos fundamentais e especiais, responsabilizando o Estado, a sociedade e a família pela garantia e atendimento, com irrestrita prioridade, de todas as suas necessidades (LINS; SILVA, p. 134).

Diante disso, a criança vista como um ser de direitos, se fez necessário delinear alguns avanços nas legislações, com o intuito de assegurar o direito da qual faz da criança um ser especial. Logo que com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1998, do Estatuto da Criança e do Adolescente lei nº 8.069 de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, ocorreram avanços ao atendimento à criança, direitos e deveres foram garantidos pela legislação.

Nesse sentido para ampliar a defesa, o direito e a proteção da criança e do adolescente é sancionada a Lei 8.069/90, mais conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA reconhece a criança e ao adolescente como ser de direitos, como diz Nunes:

O ECA é o estatuto jurídico da criança cidadã. Ele consagra uma nova visão da criança e do adolescente na sociedade brasileira, afastando o olhar autoritário, paternalista, assistencialista e repressivo do Código de Menores e coloca, no lugar dele, o da criança cidadã, sujeito de direitos, em processo de desenvolvimento e formação (NUNES, 2011, p. 32).

Já na LDB 9394/96, a Educação Infantil, obteve uma grande conquista, quando passou a fazer parte do Sistema Nacional de Ensino, como primeira etapa da Educação Básica. No qual, é reconhecida por ser uma etapa significativa para o desenvolvimento humano. No art. 29 dessa Lei destaca-se:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL, 1996)

É relevante refletir sobre a importância de cada avanço e conquistas, diante de todo o processo que foi percorrido, como consta na Constituição Federal de 1988, a definição do dever da família, sociedade, de garantir à alimentação, à vida, à saúde, ao lazer, a educação, entre outros aspectos.

Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), define o corte de idade para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sendo que, elas devem ser matriculadas obrigatoriamente, nessas duas etapas da Educação Básica as crianças que completarem respectivamente, quatro e seis anos de idade até o dia 31 de março do ano de ingresso na escola. A Constituição Federal, assinala no seu art.

208 que: “Com redação da Emenda Constitucional 59/2009, a educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade” (BRASIL, 2009).

Refletimos ainda que, as conquistas levaram um novo olhar voltado a criança, como cidadã, um ser inseparável, que precisa ser entendida e requer de um atendimento com atenção integral.

Inicia-se o papel da creche que passa a ser o de desenvolver a autonomia e identidade da criança, levando ao reconhecimento de que a Educação Infantil seja inserida na Educação Básica, assim ela irá aprimorar um repertório maior na linguagem. Segundo Lobo (2011, p. 155) “Ao afirmar que a educação da criança pequena é a primeira etapa da educação básica, a nova lei não está só lhe dando uma posição cronológica na pirâmide da educação, mas principalmente expressando um conceito novo sobre esse nível educacional”.

As instituições de Educação Infantil devem oferecer concomitante as funções de cuidar e educar, pois são ações inseparáveis e que oferecem às crianças elementos que engrandecem seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais.

Entretanto, ainda destaco mais dois documentos sobre a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (2009) que estabelecem princípios, fundamentos e procedimentos para orientar a elaboração, organização, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. Além disso, as DCNEI (2009), declara que a criança é sujeito histórico e de direitos que compõe cultura e o currículo.

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada, dispondo como objetivo principal a formação integral das crianças. A mesma defende a criança como um ser diverso e singular, potente, mas frágil também. Por isso, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 39) estabelece que “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”.

Em razão dessa etapa, a BNCC recomenda que o trabalho com as crianças aconteça na perspectiva da integralidade do ser humano e através de experiências com significados para as crianças. Além disso, para ser efetivada a aprendizagem com base na BNCC, existem cinco campos de experiências no currículo da EI: eu, o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, cores, sons e formas; escuta, fala,

pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017).

Esses campos de experiências são arranjos curriculares, que articulam a aprendizagem dos conhecimentos, levando em conta as práticas, vivências e saberes das crianças. Por outro lado, as mudanças ocorridas até agora, são pensadas para a Educação Infantil, com funções integradas de educar e cuidar, surgindo novas propostas pedagógicas. Com isso, Beserra (2007, p. 50), nos diz que:

Vale ressaltar que o Referencial, por ser um documento oficial elaborado pelo MEC, deve ser compreendido enquanto auxílio na prática pedagógica na Educação Infantil, sendo este um elemento norteador e não limitador, tendo em vista sua relevância nas concepções que perpassam suas respostas, as quais são enfatizadas no desenvolvimento integral da criança pequena.

Partindo desse pressuposto, o RCNEI sofreu críticas, onde o documento serve como suporte para uma prática pedagógica significativa, claro, não traz receitas prontas, pois seu objetivo é estimular reflexões para os interessados e realmente envolvidos na busca de uma educação de qualidade para as crianças.

Nesta perspectiva de compromisso primordial com a Educação Infantil, a escola juntamente com o educador assume a responsabilidade de compreender e saber lidar com o cuidado e o ensino para a criança nos primeiros anos iniciais, visto que, ela irá vivenciar suas primeiras experiências e, a construção dos saberes, deixam marcas e servem para conquistar o aprimoramento de novos elementos. Por isso, veremos no decorrer desta pesquisa o planejamento na Educação Infantil.

2.2 PLANEJAMENTO DE ENSINO

Para que o profissional da educação, pratique uma docência eficaz, além da sua qualificação, é preciso levar em conta, a aquisição de conhecimentos, possibilidades de produção, mas é preciso que o professor adote práticas indispensáveis para concretizar a aprendizagem, uma delas é realizar o planejamento de ensino. O planejamento é utilizado para planejar, traçar metas e objetivos, seja na organização de recursos para executá-los, ou para avaliar os métodos e assim obter resultados positivos ou negativos com as expectativas projetadas. É um alicerce fundamental para a construção de uma “educação corajosa, [...] de uma educação

que leve o homem a uma nova postura de seu tempo e espaço” (FREIRE, 2011, p. 122).

O planejamento exige muita organização, previsão, decisões, com o intuito de garantir a eficiência e a realização de uma ação. A execução do planejamento, está colocado em vários setores da vida social: planejamento econômico, planejamento habitacional, planejamento familiar, planejamento urbano, dentre outros.

No que diz respeito a educação, o planejamento é um ato político- pedagógico em razão das suas intenções e intencionalidades, diante do que se deseja realizar e o que se pretende atingir. É necessário deixar claro que diante do ponto de vista do ensino, o professor demanda planejar, pensar no que irá fazer, antes, durante e depois e, também refletir sobre suas ações. Na visão de Vasconcellos (2010, p. 79), “[...] planejar é antecipar mentalmente uma ação (ou conjunto de ações), a ser realizada e agir de acordo com o previsto”.

A concepção de planejamento é utilizada especificamente para atos relacionados ao mundo do trabalho, para sistematizar afazeres, projeção de metas, com início oficialmente no âmbito escolar. Martinez e Lahore (1983, s/n) “ressaltam o planejamento escolar como tema central de discussões em encontros que integram marcos na história ideológica da educação.” O Seminário Interamericano sobre o Planejamento Integral da Educação em 1958, em Washington, com decisões em planejamento dos países americanos, foi um desses. Ali foram definidos os planejamentos integrais da educação como processo contínuo e sistemático no qual aplica-se e coordena métodos de investigação social, princípios e técnicas da educação.

Ao buscar integralizar a trajetória histórica do campo educacional brasileiro no ponto de vista de Saviani (1999), nota-se que, desde sua execução nos primeiros planos educacionais brasileiros, a prática do planejamento situa-se no campo da regulação e da sistematização do ensino, voltada a ser essencialmente burocrática e de controle sobre o trabalho educativo no interior das escolas.

O planejamento decorre como instrumento primordial na organização do trabalho docente, da mesma forma que o andamento organizacional das instituições. Posteriormente a elaboração da última LDB (BRASIL, 1996), planejar passou a ser obrigatoriedade em todos os níveis de ensino.

Contudo, há uma grande escassez de pesquisas que abordam o tema de maneira centralizada. Mauá Jr. (2007), em sua tese sobre as produções acadêmicas

paulistas acerca do planejamento escolar, desde a década de 1960, aponta que, embora considerado que o planejamento seja para todos os estudiosos voltados para o campo educacional, tal importância não é vista em muitas pesquisas de mestrados ou doutorados, tornando o tratamento do planejamento, como apenas um detalhe, sem apêndice no trabalho pedagógico.

Por outro lado, o planejamento voltado para o ensino, constitui-se por meio de um sistema complexo e superior diante da relação com o governo, responsável em elaborar as diretrizes norteadoras da educação em um determinado território. Saviani (1999) aponta a sistematização como forma primeira de planejamento educacional:

Com efeito, o sistema resulta da atividade sistematizada; e a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades. É, pois, uma ação planejada. Sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina (SAVIANI, 1999, p. 119).

Segundo o autor, a educação, passa a tornar-se um fenômeno irreduzível a qualquer organização humana, a partir da intenção do homem de construir gradativamente, suas intenções a respeito de finalidades, diante de sua organização por esferas ou dimensões (SAVIANI, 1999).

Nas últimas décadas, as reformas educacionais apresentam constantes transformações paralelamente ocorridas pelas políticas econômicas da época, essas reformas permitiram a inserção no país, de modelos que foram apenas “copiados”. Após o processo de redemocratização do país em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, muitos campos, um deles o da Educação, obtiveram muitas mudanças. Uma delas configura, na década de 1990, em que segundo Dourado (2007, p. 926, grifo nosso), “[...] a busca de organicidade das políticas (educacionais), sobretudo no âmbito do governo federal [...] quando em acordo com a reforma do Estado e a busca de sua “modernização”, se implementaram novos modelos de gestão”.

Em consonância, o planejamento enquanto prática social se faz presente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que estabelece em seu art. 9º, elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a partir da obrigatoriedade quanto ao ato de planejar, todos os envolvidos com processos educativos passaram por momentos de transformação diante de sua prática pedagógica. Com isso, a educação estaria organizada por princípios e métodos que definiriam seu trabalho em sua realidade escolar.

Nesta perspectiva, segundo a LDB (1996), embora os estabelecimentos de ensino tenham a responsabilidade de elaborar planos de ação, estes devem estar em consonância com os princípios educacionais do sistema de ensino no qual pertencem. Nestes princípios, no que se refere as instituições de Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a partir da sua sanção em 1998, foi a principal referência curricular que norteia as práticas para o atendimento das crianças de zero a seis anos nas instituições públicas.

O RCNEI (1998) sustentou-se como principal documento que orienta a Educação Infantil até a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em 2009.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de caráter mandatório, orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer (BRASIL, 2009).

Desta forma, as DCNEI (2010), resultado das discussões dos movimentos educacionais iniciados após a aprovação da LDB (1996), foi o ápice para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010), sendo um conjunto de normas obrigatórias que orientam o currículo e o planejamento dos sistemas de ensino fixados pelo Conselho Nacional de Educação. Essas normas são também ratificadas na BNCC (2017).

2.3 PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com a teoria histórico-cultural o ser humano é produto do momento histórico, social e cultural de que está inserido. No entanto, seu desenvolvimento é considerado resultado do processo de aprendizagem. A interação com o meio e com outros indivíduos, são efetivamente importantes, visto que, quanto maior a diversidade

nas atividades estimuladas, mesmo a criança ainda sendo pequena mais rica será a aprendizagem e, portanto, potencializa o desenvolvimento infantil (VIGOTSKY, 1991).

Tendo em consideração a importância da participação do adulto no papel de mediador, neste processo, compreende-se a função do professor na instituição de educação infantil, que é de oferecer e expor situações diversificadas, para promover o desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico e cognitivo. Dessa maneira, a educação para crianças assume caráter fundamental, visto que atua como impulso no desenvolvimento infantil. Nesse sentido, portanto, é fundamental contemplar-se em uma educação intencionalmente organizada (MELLO 2010). Diante disso:

Refletir sobre a educação pré-escolar implica levar em consideração a criança, como sujeito desejante, ativo, cognoscente, filiado a determinado grupo social e familiar e, portanto, um sujeito histórico, condicionado a determinantes socioculturais. Um sujeito singular em sua maneira de estar no mundo e de adaptar-se, ao mesmo tempo que precisa instrumentalizar-se para modificar e reconstruir sua própria realidade. (AROEIRA; SOARES e MENDES, 1996).

A partir do planejamento na Educação Infantil, o professor poderá encontrar soluções para não somente escolher os conteúdos a serem abordados, mas também realize um processo de acompanhamento em que se observa os avanços e dificuldades da turma e também de forma individual.

Podem ser adotadas práticas, que potencializem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança com atividades constantes, visto que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, uma vez que cada uma tem um modo de agir, pensar e sentir.

Conforme Hoffmann (2001) a maneira pela qual o professor organizará e realizará seu planejamento das atividades diárias proporciona a reflexão de suas ações e metodologias, com análise dos resultados de seu projeto. Assim, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 196) aponta que: “[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los” (BRASIL, 1998).

Diante da projeção para o futuro o professor certifica seus objetivos e consegue detectar junto com as crianças se já alcançaram o que foi planejado com êxito, além

do mais considerar as necessidades de mudanças no processo, para que se torne mais rico o processo de ensino e de aprendizagem.

Ainda como indica Mello (s/d) é importante elencar os objetivos no planejamento e organização da rotina e para isso o professor necessita de embasamento teórico e científico, visto que não é seguindo experiências próprias que o profissional alcançará projeções das atividades para uma aprendizagem enriquecedora. Faz-se necessário que o professor adote uma concepção que possa nortear sua ação pedagógica e que o levará a dar sentido para sua prática na Educação Infantil.

Segundo a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2007), o sujeito nasce somente com condições biológicas (pré-disposição), em seguida para aprender a falar, a raciocinar, desenvolver habilidades psíquicas e motoras, o mesmo deve se relacionar com outros indivíduos, para que possa haver a socialização entre eles.

Nesse sentido, muitas vezes o professor acaba não tendo uma rotina planejada na sua turma. Desse modo, não vivencia os momentos de cuidado e educação que se fazem presentes na Educação Infantil. Como afirmam Bassedas, Huguet e Solé (1999, s/n) “esses momentos que exigem do professor a sua sensibilidade para os cuidados e necessidades básicas nesta fase da criança devem ser aliados ao desenvolvimento integral da criança”. O docente, quando se tem experiências diversificadas, contribui para o desenvolvimento infantil, aproveitando todos os momentos, inclusive os de cuidados, pois estimula e apresenta a criança novas formas de pensar, agir, assim ela poderá desenvolver suas máximas capacidades.

Diante disso, a Educação Infantil tem papel de ofertar um espaço em que o cuidar e o educar estejam de forma inseparáveis, proporcionando assim que as crianças possam se desenvolverem integralmente. Dessa maneira, no que se refere a participação de um adulto neste processo, o mesmo deve estar consciente da sua atenção e importância na vida da criança. Para isso, a formação qualificada, o direcionamento das ações, o saber planejar, se organizar de forma temporal e espacial, com o intuito de obter resultados positivos e oferecer um ambiente em que os alunos possam interagir, aprender, aprimorar seu desenvolvimento, é fundamental na vida do professor.

Com isso, torna-se necessário, o conhecimento acerca da importância do planejamento e da rotina na Educação Infantil. Nesse contexto, segundo Bassedas, Huguet e Solé (1999, s/n) “apresentam que o planejar docente faz parte essencial no

trabalho do professor, pois sua tomada de decisões compõe o seu plano de atuação.” Do mesmo modo, o planejamento permite a planificação das atividades no qual o docente pretende aplicar, impondo características detalhadas de suas ideias.

Na Educação Infantil, o planejamento torna-se a função de prever as melhores condições de promover a conquista de habilidades pela criança, enriquecendo-as em todas as capacidades. Ostetto (2000, p.177) “ênfatiza que o planejamento deve ser assumido no cotidiano do educador como um processo de reflexão, envolvendo todas as suas ações e situações em seu trabalho pedagógico.”

Nesse ponto de vista, o planejamento exige uma preparação do educador para lidar com situações diversificadas que ocorrem no seu dia a dia estejam previstas ou não. Cabe, a ele a habilidade de lidar com as crianças nos momentos do seu cotidiano, intervindo nos diversos temas que possam surgir no decorrer das atividades a partir dos interesses das crianças. Ostetto (2000, p.177), destaca que:

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar elaborar um roteiro pra empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiência múltiplas e significativas para com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma fórmula! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica.

Nesse sentido, observa-se que o planejamento, a partir de traçar os objetivos e metas estabelecidas pelo educador, requer intencionalidade no processo educativo. Com isso, é imprescindível que tal intencionalidade não permaneça no imaginário, mas também que seja capaz de programar a proposta do trabalho. Dessa forma, o planejar faz-se como um instrumento que orienta a prática docente ou também possibilita uma reflexão que permite fundamentar decisões tomadas, sendo uma ferramenta que permite reconhecer uma previsão do que acontecerá na sala de aula.

Segundo Bassedas, Huguet e Solé (1999) o planejamento é visto, muitas vezes, como rotina, onde apenas deve ser seguida passo a passo. Posteriormente, é compreendido como um instrumento de que o docente guarda até que alguém dele necessite. Contudo, ambas concepções não concedem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que, o planejamento não deve ser algo rigoroso, bem como deve ser algo a ser construído no decorrer do processo, e não persistir “engavetado”.

2.4 PLANEJAMENTO E PANDEMIA

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARSCoV- 2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

No Brasil, o primeiro caso confirmado foi no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2020). Mais tarde, a confirmação do aumento de casos somente cresceu no país. Foi então, que o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandeta, por meio dos dados epidemiológicos que o país apresentava e tomando como base as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), sugeriu que os estados adotassem medidas rígidas de prevenção, através do isolamento e distanciamento social, o que implicaria na não continuidade, por exemplo das atividades educacionais em todo o país.

A propagação deste novo coronavírus gera impactos na educação de modo complexo à medida que há o transbordamento de efeitos de modo transescalar no mundo, tanto, pelas distintas experiências internacionais em cada país, quanto, pelas diferenciadas respostas intranacionais geradas entre o setor público e privado, bem como entre os diferentes níveis de educação: fundamental, básica e superior (SENHORAS, 2020).

Diante desses fatores, ninguém esperava que aconteceria uma pandemia da Covid-19 e que fossem adotadas medidas de combate ao vírus. Todavia, a situação vai muito além do que se esperava e de qualquer outra situação mundialmente já enfrentada, levando em conta a situação desafiadora que foi pensar uma forma de educação à distância para todos os níveis e modalidades de ensino.

Nota-se que, a educação em nenhum momento viveu dias tão difíceis e desafiadores como nesse de isolamento, principalmente os professores, visto que, em razão da pandemia, tiveram que passar a realizar suas atividades fora da escola, além de permanecerem distantes, dos estudantes. O sistema educacional não estava preparado para tal situação.

Como consequência da realidade social instaurada pela pandemia de Covid-19, as creches e escolas foram instituições que se obrigaram, a suspender as aulas presenciais, surgindo a necessidade de se repensar o calendário letivo e o ensino remoto.

O ensino remoto conforme Leal (2020) visa ser uma estratégia educacional tendo a tecnologia como aliada, como forma de garantir continuidade do ano letivo. Dessa forma, diante da circunstância atual, o ensino remoto, se inter-relaciona com a educação e tecnologias digitais, constituem-se em instrumento pedagógico estratégico no processo de ensino-aprendizagem.

Capta-se que o objetivo do ensino remoto é no sentido de dar continuidade às atividades que até então eram totalmente presenciais. Entretanto, tem sido um desafio para o campo educacional, contando que, os planejamentos de aulas, as práticas docentes, até os obstáculos diante da acessibilidade de professores e alunos quanto aos recursos tecnológicos que favorecem a institucionalização do ensino.

Com isso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) baseou os seus argumentos na manutenção do direito da criança à educação. Indicam Ribeiro e Clímaco (2020) acerca dessa questão:

No meio dessa discussão, o parecer homologado pelo CNE n. 5/2020 admite a possibilidade de interações virtuais com as famílias e crianças da E.I. com a utilização de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível. Cada escola tem autonomia para definir a oferta do instrumento de resposta e feedback, caso julgue necessário. Essa possibilidade pode se configurar como algo viável e possível, mesmo para a rede pública em todos ou em determinados municípios ou localidades, respeitadas suas singularidades. Como sugestão, o documento aponta possibilidades de interação e participação das famílias como elemento crucial para o mínimo possível de desenvolvimento de um ensino remoto para esse segmento (RIBEIRO e CLÍMACO, 2020, p. 5).

O Ministério da Educação editou pareceres que salientam o ensino infantil, com ênfase nas necessidades e particularidades do seu público, é necessário que envolva os procedimentos lúdicos e corresponda aos vínculos que precisam ser fortalecidos com as crianças (tal como, a interação social), em caráter realmente pedagógico. Fatores que não podem ser negadas às crianças, no momento de interagir socialmente, bem como a participação nas brincadeiras. Dessa maneira, no parecer CNE/CP Nº 5/2020 consta:

A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e

trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

Conviver e brincar são dois dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil publicados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018). Com relação ao primeiro desses direitos, consta: “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (BRASIL, 2018, p. 38).

Neste contexto em que a BNCC é parte integrante do discurso sobre educação em todas as escolas brasileiras, independentemente de serem públicas ou privadas, desenvolver atividades em concordância com as diretrizes apresentadas pela Base Comum Curricular tornando cada vez maior o desafio para os professores.

Tratando-se do ensino remoto na Educação Infantil, o planejamento realizado pelos professores precisou ser adaptado de acordo com seu público-alvo e a realidade em que cada um vivência. Assim como, um dos desafios apontados e enfrentados pelos professores entra a questão das desigualdades sociais, em que alguns alunos possuem o acesso à internet, já outros não tem. Em 2018 foi realizada uma pesquisa divulgada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 46 milhões de brasileiros não acessam a internet, representando um quarto da população do país.

Assim, o planejamento diante do ensino remoto, evidenciou variados tipos de atividades para tornar-se uma proposta acolhedora e dinamizada. As práticas remotas utilizadas pelos professores foram inúmeras, tais como: gravar aulas e aulas síncronas, com contações de histórias, brincadeiras, músicas, onde as aulas pudessem ser disponibilizadas por links ou enviadas por aplicativos de mensagens em que os pais ou responsáveis tivessem acesso. Como também, orientações aos pais quanto ao uso de ferramentas tecnológicas. Também, planejamentos voltados a integração com os membros da família.

É notória a importância do espaço coletivo, onde é possível conduzir o caminho das múltiplas culturas, propiciando a aquisição do conhecimento, estimulando o comportamento crítico e independente de cada um sem desmerecer o outro (NUNES, 2012). O professor ao fazer leitura do cotidiano analisa os acontecimentos, realiza o registro das informações, ampliando as probabilidades de desenvolver trabalhos

interessantes e criativos que possam despertar o interesse das crianças. Segundo Junqueira Filho (2013, p. 28):

[...] é na relação entre a criança e sua professora – intermediadas pelas linguagens nas quais se inscrevem/escrevem os mundos desses dois sujeitos – que se conhecem os temas, os assuntos, os conteúdos significativos às crianças – aquelas que elas querem porque precisam saber mais do que outros a cada momento e que darão origem aos projetos de trabalhos que irão preenchendo a parte vazia do planejamento.

Cabe ao docente analisar o dia a dia das crianças na escola, estar atento as novidades que elas trazem, oportunizar um espaço de diálogo, observando os detalhes da interação com o tema escolhido.

Vale ressaltar que o trabalho docente é elaborado respeitando o cuidado com o próximo em tempos de distanciamento social e que mesmo assim haja sentido perante as aprendizagens, exercendo com que o planejamento seja importante, sobretudo quando fala-se em questões como: adaptação de materiais, perguntas para os alunos sobre suas disponibilidades e de seu espaço, para que a realização seja de forma efetiva. Vasconcellos (2000) “considera que planejar é organizar o plano inserindo-se na realidade dos alunos, isto é, colocando-se no seu lugar, como forma de refletir suas necessidades, decisões e intenções perante este lugar”.

Entretanto, o planejamento é um processo que exige descobrir modos de ensinar os conteúdos estabelecidos em documentos que conduzam a educação, a partir do que eles sabem e o que eles possuem e assim organiza-se os assuntos para que tenham intencionalidade e significado no seu dia a dia. Outro item, que chama a atenção com as crianças, é o brincar, que torna-se algo prazeroso e que concede alegria entre pessoas do seu entorno, essencialmente no ambiente escolar. Por consequência, durante o ano de 2020, os docentes tiveram que refazer sua prática pensando não apenas na interação online, mas também, a forma como iria proceder o diálogo com os alunos a fim de esmiuçar o ambiente de casa, no qual lhe constitui, e em razão disso a reavaliação do planejamento foi necessário pensar em que espaço esse aluno tinha, avaliar quais materiais estavam disponíveis e dispo do suporte a família, nas questões de auxiliar a conhecer o mundo. Kunz (2017, p. 32) destaca que:

É importante, portanto, que no mundo da criança, atualmente cada vez mais limitado quanto ao seu tempo e espaço para Brincar e Se-movimentar, o

adulto sirva como um auxiliar ativo nas suas mais variadas vivências e experiências de vida.

Considera-se que existem muitas questões de desigualdades que precisam ser sanadas, diante do ensino híbrido, se faz necessário políticas públicas que possam atender as necessidades de todas as crianças, a fim de atingir toda a população. No entanto, enquanto isso não se concretiza, a parte conduzida pelo professor a de formar cidadãos com opiniões e a autonomia dos estudantes, é planejar com intenção de idealizar os recursos que os alunos possuem no seu espaço, respeitando o tempo de cada um, sua personalidade, visto que cada um carrega suas singularidades. O que se consegue notar, nessa modalidade de ensino e aprendizagem à distância são movimentos e brincadeiras adaptadas que envolvem músicas, circuitos, mímicas, movimentos do corpo, e que possam respeitar os materiais e o espaço de cada aluno. Kunz (2017, p. 62) aborda que:

Se os professores desejarem garantir que os seus alunos tenham tempo para serem crianças e que sejam aceitas como se encontram no momento presente de sua vida, o brincar livre e espontâneo deve ser um conteúdo a ser seguido e valorizado em suas práticas.

Nesse sentido, a brincadeira não é apenas o envolvimento com qualquer eixo temático por trás de um conteúdo. A criança percebe a necessidade de sentir-se livre, explorar, tocar em objetos, uma vez que visa o seu desenvolvimento integralmente. Com tal intensidade a criança precisa, desenvolver e estimular sua sensibilidade corporal, aptidões físicas, aguçar o sentir, o ver, uma vez que o desenvolvimento integral faz com que elas tenham inúmeras experiências significativas. (KUNZ, 2017).

No sentido de planejar, busca-se possibilitar momentos que a criança também seja capaz de conhecer seu próprio espaço fora e dentro de casa, usando instrumentos que os proporcionem brincadeiras espontâneas, para que a criança sinta-se autora de sua brincadeira. Segundo Vygotsky (1991, s/n), “proporcionar estes momentos vai formando a autonomia, assim como o faz de conta para as crianças são ações verdadeiras da própria realidade”.

Acredita-se que é preciso adaptar os planos de aula, oportunizando momentos para a criança aprender e conhecer seu lar, construindo visões de um lugar de pertencimento, interações e afetividade entre responsáveis/famílias, o brincar e o movimentar-se beneficiam que o aluno desenvolva seu lado emocional, isso em

tempos de pandemia está sendo de significativa relevância saber lidar com as perdas, distância de pessoas queridas, entre outros aspectos.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLOGICOS

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O presente estudo de abordagem qualitativa com objetivo exploratório, tem como objeto de estudo a análise do planejamento da Educação Infantil antes e durante a pandemia. Estudo esse voltado ao campo educacional que está inserido na área das Ciências Humanas.

No que diz respeito a pesquisa qualitativa, esta demanda compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos desde a percepção dos participantes ante um contexto natural e relacional da realidade que os rodeia, com base em suas experiências, opiniões e significados, de modo a exprimir suas subjetividades (SAMPIERI, COLLADO; LÚCIO, 2013; MINAYO, 2014).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis (MINAYO, 2000, p. 21-22)

No que se refere ao objetivo exploratório, Gil (1999) assinala que a pesquisa tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, para a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Conforme o autor, esses tipos de pesquisas apresentam menor inflexibilidade no planejamento, visto que são planejadas com o objetivo de conceder uma visão geral, de tipo achegado, acerca de determinado fato. Constatamos que o tema sobre Planejamento, especificamente na Educação Infantil do município de Alegrete, ainda é pouco explorado no meio acadêmico, ainda mais nesse momento pandêmico, em que vivenciamos, essa proposta vem ao encontro dessa especificidade.

O método utilizado foi o Estudo de Caso, analisando os desafios enfrentados pelo professor, antes e atualmente com a pandemia do novo coronavírus, na etapa da Educação Infantil de uma escola pública e uma privada.

Nas palavras de Pádua (2004, p. 74), “o estudo de caso trata-se de abordagem qualitativa, seja como o próprio trabalho monográfico, seja como elemento complementar em uma coleta de dados.”

Por meio deste método conseguimos realizar um estudo mais detalhado sobre alguns aspectos, que os professores e auxiliares educacionais enfrentam na realização do planejamento para Educação Infantil.

O instrumento usado para coleta foi o questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Esse instrumento adotado, possibilitou aos participantes da pesquisa (que manifestassem suas concepções acerca dos assuntos relacionados a temática principal. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido: “Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Assim, o questionário é uma técnica com o intuito de coletar informações da realidade, no qual serão usadas na construção do TCC.

Adotamos a análise de conteúdo, que é um procedimento ou técnica para analisar o que foi dito ou observado pelo pesquisador. Para Bardin (2016), o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 47).

Em razão disso, conforme os materiais coletados através do questionário realizado no decorrer da pesquisa serão elaboradas categorias específicas e realizada a triangulação “a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados” (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003, p. 136) “Esta abordagem teórica deve ser escolhida quando contribuir para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar” (MINAYO et al, 2005, p. 61).

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Os colaboradores da pesquisa foram duas docentes que atuam na Educação Infantil, uma da Rede Municipal e uma da Rede Privada. Uma das docentes é Licenciada e pós-graduada em Educação Infantil, com mais de 14 anos de docência entre Município e Ensino Privado. A outra docente está em processo de formação e possui 2 anos e 6 meses de docência na rede privada.

Após a apresentação da proposta deste estudo e cientes do seu objetivo as colaboradoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo se encontra nos apêndices. Cabe ressaltar que tanto o contato com as participantes, quanto aos questionários respondidos aconteceram via e-mail, respeitando o distanciamento social em razão da pandemia causada pelo Coronavírus. O critério da escolha das colaboradoras foi que atuassem na Educação Infantil do Município considerando o objeto de estudo da presente pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os resultados encontrados no decorrer do estudo através da aplicação do questionário contendo perguntas abertas e fechadas as participantes. Esse instrumento de coleta de dados possibilitou a análise das questões que envolvem o Planejamento, de forma a responder aos objetivos delineados anteriormente nesta pesquisa.

Com isso, após a análise dos dados a próxima etapa da pesquisa é a análise e interpretação. Estes dois elementos, aparecem sempre de forma estreitamente relacionados:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

Vale ressaltar que a análise dos dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e por isso esta formação se dá consolidando, determinando, e interpretando o que as pessoas responderam e o que o pesquisador viu e leu, ou seja, é o processo de formação de significado. Para esse processo, portanto, elegemos a análise de conteúdo que conforme Bardin (2016, p. 15), é “um conjunto de instrumentos metodológico cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Nesse processo primeiramente realizamos a leitura de todos os dados, realizando uma pré-análise do conteúdo para logo, iniciar a organização dos materiais. Assim, decorreu a leitura e seleção dos materiais e a partir disso a formulação das hipóteses. Após esse momento, deu-se o processo da exploração do questionário e o material foi enumerado de acordo com os critérios estabelecidos na sequência dos assuntos. Logo, os dados obtidos foram interpretados e estão presentes a partir das categorias estabelecidas nesta análise.

Como participantes do estudo foram selecionadas duas professoras de escolas da rede de educação de Alegrete, sendo uma Municipal e outra da rede Privada e para preservar a identidade das participantes da pesquisa, nomeamos de Girassol

(professora 1) e Margarida (professora 2). Ressaltando que as participantes foram mulheres, por isso o uso do pronome feminino ao longo do presente trabalho de pesquisa.

No processo de análise, emergiram três categorias das quais passaremos a apresentar no que segue.

CATEGORIA 1- FORMAÇÃO E TEMPO DE DOCÊNCIA DAS PARTICANTES

QUADRO 1 – REDE DE ENSINO

Professora Girassol –	<i>“Rede Municipal”</i>
Professora Margarida	<i>“Rede Privada”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

QUADRO 2 – TEMPO DE DOCÊNCIA

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“3 ANOS e 5 MESES”</i>
Professora Margarida- Escola Privada	<i>“2 ANOS E 6 MESES”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

QUADRO 3- ETAPA DE ENSINO QUE ATUA E TEMPO DE DOCÊNCIA NESSA MODALIDADE

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Berçário e nível B – 14 ANOS”</i>
Professora Margarida - Escola Privada	<i>“Educação infantil 5 anos, 2 anos e 6 meses”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

QUADRO 4- MÉDIA DE IDADE DOS ALUNOS

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“1-2 ANOS, 5-6 ANOS”</i>
Professora Margarida- Escola Privada	<i>“5-6 ANOS”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

CATEGORIA 2 - IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com o propósito de investigar as concepções sobre a importância das participantes sobre o planejamento na educação infantil, as respostas a essa pergunta foram organizadas no Quadro 5.

QUADRO 5 – CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“O planejamento é importante pois é guia para os objetivos da aula e para o professor.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“É uma ferramenta para tentar garantir uma melhor aquisição dos conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidas nessa etapa escolar. “</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Demonstra-se nas respostas das professoras referente ao planejamento que é uma peça fundamental para idealizar os objetivos traçados pelo docente. Com isso, é possível perceber que as profissionais, adotam esse recurso nas suas aulas.

Utilizar essa ferramenta como forma de organizar e criar um plano para suas aulas, com métodos de ensinios significativos pode auxiliar o professor em suas práticas diárias e proporcionar momentos de reflexão diante das suas ações.

De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998 p. 196) cabe: “[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer

os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los. Assim ao utilizar o planejamento na sua rotina ele torna-se um guia, para organizar suas atividades, com o intuito de garantir a aquisição de conhecimentos e habilidades. Como afirmam Bassedas, Huguet e Sole (1999, s/n) “esses momentos no planejamento, exigem do professor a sua sensibilidade para os cuidados e necessidades básicas nesta fase da criança que devem ser aliados ao seu desenvolvimento integral.”

O quadro 6, refere-se as respostas das professoras com relação aos elementos utilizados na construção do seu planejamento pedagógico.

QUADRO 6 – ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Observar o interesse da turma, faixa etária e maturidade.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“A BNCC, as fases do desenvolvimento infantil, as peculiaridades de cada criança, o ritmo da turma, os conhecimentos prévios e as habilidades a serem desenvolvidas e trabalhadas.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Neste momento, as docentes observam os elementos que são mais relevantes de trabalhar no seu planejamento das atividades. Em decorrência das respostas nos permitem dizer que as participantes enfatizam as fases do desenvolvimento das crianças, a faixa etária de acordo com a turma no qual ministra suas aulas.

A relação entre professor e aluno é muito importante nesse sentido, visto que a Educação Infantil é a primeira etapa pela qual, a criança terá contato com outras crianças da sua idade, tornando a primeira separação dos vínculos afetivos dos familiares. É nesta etapa também que a BNCC, faz-se presente no planejamento do professor, assim como a professora Margarida leva em conta no momento de planejar suas atividades.

Assim, cada criança tem suas peculiaridades. Neste momento inicia seu processo educacional, vinculado ao cuidar e educar, como algo imprescindível ao processo educativo. Com isso, a BNCC orienta o professor sobre os direitos das crianças em seu processo de aprendizagem. De acordo com a BNCC a proposta para as crianças participantes da Educação Infantil é apresentada em seis direitos de

aprendizagem, são eles: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (BRASIL, 2017, p.36)

O papel do docente tem que ser levado em conta aos interesses da turma, trazendo atividades prazerosas e desafiantes para as crianças, estimulando suas habilidades e aprimorando seu desenvolvimento que estão em processo. Pois assim, o professor oferta os direitos de aprendizagem de forma lúdica, a favor do caminho metodológico, pois a criança é capaz de fazer inúmeras descobertas.

Na BNCC para a Educação Infantil, identificamos a seguinte referência à concepção de criança:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações como o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo natural ou espontâneo. (BRASIL, 2017, p. 34).

Deve-se compreender também o ritmo das crianças no momento de planejar as atividades a serem desenvolvidas com elas.

O quadro 7, evidencia o relato das duas participantes acerca da importância de não esquecer sobre as instalações da escola e do grupo de profissionais que atuam nesse espaço.

QUADRO 7- IMPORTÂNCIA DE OBSERVAR O ENTORNO DA ESCOLA

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Se no momento de realizar algumas atividades, não tiver materiais, tem que adaptar ou realizar outra atividade.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Principalmente espaço, a sinalização do espaçamento, equipe de apoio, recursos. Confesso que de início tinha medo de sair da sala com as crianças, mas aos poucos com a adaptação à situação já concretizada tudo foi ficando mais fácil. Mas caso não tivesse espaço suficiente e recursos, meu planejamento continuaria com atividades em sala e em casa.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Nota-se que o planejar é muito importante no andamento das atividades, mas as docentes observam nesse processo, também seu entorno, e muitas vezes na hora

de pensar em alguma atividade precisam adaptar suas atividades por falta de materiais.

Segundo a LDB, Lei 9394 de 1996:

O Estado tem o dever de garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínima por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. (BRASIL,1996).

Nesta perspectiva, o espaço físico e sua infraestrutura influenciam na contribuição do processo de aprendizagem significativa dos alunos. Nota-se que nenhum espaço escolar é igual ao outro em relação a sua estruturação física, a não ser que tenha seguido um padrão de outra instituição. Portanto, o que os docentes e funcionários conseguem fazer é adequar o espaço para as aulas, conforme as necessidades ou atividades a serem realizadas.

Toda escola é diferente em sua estrutura física, o qual, naturalmente, não foi decisão dos professores: as medidas, os espaços e as determinadas distribuições são fixos. O que é possível é adaptar os espaços às necessidades educativas da escola (ALMEIDA; BRITO; ALMEIDA; 2008, p. 04).

Todavia, quando o tema são estruturas físicas de uma escola, se faz necessário o envolvimento de políticas públicas mais amplas e substanciais em termos de investimentos financeiros.

Nesta perspectiva Paro (2005) e Lück (2008), mencionam que a trajetória da concepção pedagógica atual, representa a possibilidade de articular reflexões para articular soluções de problemas sociais presentes na escola, sejam eles: material, institucional, político-social ou ideológico.

Vale ressaltar que é importante possuir uma equipe de apoio na execução das atividades, pois o que adiantaria pensar em uma belíssima atividade e não ter uma equipe que estimule a atuação pedagógica. Nesse quesito faz-se presente o coordenador pedagógico da escola, com seu papel fundamental na relação com o professor, como afirma Libâneo (2001), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de

aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação. Dessa forma, o quadro 8, prevalece o relato das duas participantes acerca da reação das crianças em razão da ação do professor.

QUADRO 8- REAÇÃO DAS CRIANÇAS MEDIANTE A AÇÃO DO PROFESSOR

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“As crianças aceitaram os objetivos educativos de maneira tranquila e prazerosa. Sim.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Depende muito de cada aluno e das suas especificidades, nenhum aprende da mesma forma nem na mesma velocidade, alguns mais rápido outros nem tanto, mas o importante a observar nisso tudo é se o aluno que faz mais rápido realmente fez a aquisição do que estava sendo trabalhado ou se fez de forma mais mecânica, no intuito só de terminar de uma vez.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Nota-se que as professoras dispõem de muita clareza diante das suas ações mediante aos objetivos propostos. As crianças reagem de formas diferenciadas, visto que cada uma tem suas especificidades. Entretanto, a **professora Girassol**, apresenta que o retorno das crianças diante dos objetivos propostos por ela é de maneira aceitável e prazerosa. A **professora Margarida**, leva em consideração a forma com que as crianças reagem diante das ações propostas, pondera que o importante é observar a maneira com que o aluno está aprendendo.

Nesse sentido, cada criança tem seu ritmo único no processo de aprendizagem. Não existe receita pronta, quando se fala em educação, porém, não quer dizer que não haja caminhos a serem traçados, de maneira que contribua para atuar em situações, com o ritmo de aprendizado de cada indivíduo.

Com isso, percebe-se que o planejamento educacional além de responder o que e como fazer, deve ter em vista segundo Gandin (1994, p. 35), “para que fazer” e sobre “para quem estamos fazendo”. Tendo em vista que o planejamento é o instrumento balizador para a ação docente, possibilita uma posição de atitude crítica diante do seu trabalho.

No que diz respeito, as especificidades de cada criança, o professor tem o papel de respeitar o tempo e o ritmo de cada um, oportunizando equidade a todos, desenvolvendo e aplicando as atividades diferenciadas e levando em conta esses

aspectos na avaliação. Além do que, o docente conscientiza-se que o aluno é formado de experiências vivenciadas pela sua vida.

A seguir, o quadro 9 destaca como as professoras participantes da pesquisa percebem o retorno das crianças nas atividades propostas:

QUADRO 9 - RETORNO DAS CRIANÇAS EM RELAÇÃO AS ATIVIDADES PROPOSTAS

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Sempre que é proposto qualquer assunto tenho um ótimo retorno por parte deles.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Sempre, muitas das vezes somos surpreendidos pela leitura que as crianças fazem da atividade, sempre tem um raciocínio diferente ou não esperado.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Evidencia-se que ambas as docentes, apresentam que as crianças aceitam de forma espontânea as atividades desenvolvidas. Além disso, as atividades propostas estimulam o raciocínio da criança. Como afirmam Bertoso e Mota (2010, p. 5) “antes de aplicar a ludicidade o professor deve ter em mente o objetivo a ser alcançado, levando os alunos a melhor compreensão do jogo ou brincadeira”.

É importante que o docente, tenha um objetivo traçado do que espera nas atividades propostas além disso, é nesse momento que a brincadeira, de ludicidade que a criança dispõe da capacidade de experimentar.

No entanto, são nesses momentos que os professores podem trabalhar de forma interdisciplinar, estimulando também o trabalho em equipe com intervenções durante a realização da dinâmica. Bertoso e Mota (2010, p. 5), ressaltam sobre isso que:

O professor deve propor aos alunos a reflexão do que foi aprendido, dando oportunidades para serem relatadas as experiências, tais como os conflitos surgidos. O professor aproveita para falar sobre cooperação, vencedor, perdedor, combinados. É um momento necessário, sendo fundamental que todos sejam estimulados a falar e a ouvir quem fala.

Portanto, a partir da fala das docentes, se percebe que é positiva a reação das crianças nas atividades promovidas. No quadro 10, em razão da pandemia do novo

Coronavírus, o planejamento precisou ser readequado, neste próximo quadro as participantes irão comentar sobre seu planejamento antes da pandemia.

QUADRO 10 – O PLANEJAMENTO ANTES DA PANDEMIA

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“O planejamento era feito com a minha colega de turma (turno inverso), seguíamos o mesmo tema, porém com atividades que fosse do interesse e realidade da turma, fazíamos adaptação para alguns alunos, pois o nível de escrita era bem diferente uns dos outros.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Semanalmente, no Word e com a maioria das atividades fora da sala de aula.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Demonstra-se nas respostas, que cada professora, planeja de uma forma diferente. Na questão do planejamento conjunto, é muito interessante construir com outra docente, pois assim vão surgindo novas ideias, adaptando para a realidade da sua turma.

Quando se trata da educação de crianças, sendo um ato essencial, entende-se que eles sejam sujeitos que refletem e desejam, e para que a educação seja privilegiada, o trabalho do professor seguirá linhas planejadas, a fim de guiar sua prática no ensino. O professor tem a escolha do recurso de planejar. Para corroborar Araújo (2010, p. 9) assinala que:

Atualmente, planejar, é traçar, delinear, programar, elaborar um roteiro na tentativa de desenvolver conhecimentos, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com os alunos. Por isso não é algo que se encontre pronto, como uma receita. Ao contrário, o planejamento é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando e buscando novos significados para a sua prática pedagógica.

Além disso, o planejamento torna-se um papel reflexivo, como sendo o papel que o professor pode orientar-se, se dirigir aos alunos e corrigir seus erros. Jesus e Germano (2013, s/n), “entendem o ato de planejar como uma condução do trabalho educativo”. Assumindo, o planejamento irá interferir no ato da intencionalidade, valorizando a orientação e a programação.

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir (GERMANO, 2013, p. 3).

As palavras de Germano nos remetem a observar as atividades que são produzidas, ganham mais produtividade e sentido quando ocorre planejamento. Uma das maiores dificuldades surgiram em razão da pandemia com o ensino remoto. As próximas questões serão correspondentes a situação recente no processo escolar.

QUADRO 11 - O PLANEJAMENTO

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“É feito semanalmente, por tema, conforme o interesse da turma”.</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Hoje, já retornamos ao presencial e conseguimos levar as crianças para atividades fora da sala, mas enquanto estávamos no ensino remoto, o planejamento era feito totalmente apoiado nas tecnologias, pois o retorno acontecia pela plataforma da escola e as nossas aulas eram todas postadas lá.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Podemos analisar que as professoras elaboram e aplicam o planejamento pedagógico de acordo com o ritmo e interesse dos seus alunos. Atualmente, com o retorno das aulas presenciais, após um ano e meio em que as crianças ficaram apenas com as aulas remotas, resguardadas devido ao contágio do Coronavírus, já é possível proporcionar atividades fora da sala de aula, sempre observando as medidas de segurança e o distanciamento social.

Em razão desses fatores, o planejamento do docente, é importante para que professores e alunos possam desenvolver uma ação eficaz de ensino e aprendizagem. Como aponta, Menegolla (2009, s/n):

Se o professor planejar o seu ensino é para ele e para seus alunos, em primeiro lugar. E este plano passa a ser um instrumento de uso pessoal entre professores e alunos. E só em segundo lugar o plano poderá servir a outros setores da escola, para cumprir certas obrigações e exigências administrativas ou burocráticas. Mas o importante é que professores e alunos

falam o seu planejamento, a fim de que possam trabalhar eficazmente na sala de aula. [...] Dessa forma, quem deveria exigir dos professores o planejamento são os alunos. (p. 45)

Dessa maneira, o planejamento acontece para que seja construído um plano com o papel de fornecer um roteiro para uso diário na sala de aula, assim servirá como um guia de trabalho pelo professor, para que desenvolva seu trabalho e promova suas ações.

CATEGORIA 3 - ENSINO REMOTO

Nesta categoria, são apresentadas as análises referentes as dificuldades e propostas ofertadas diante do momento pandêmico que vivenciamos. Sendo assim, o quadro 12, evidencia os relatos dos professores participantes.

QUADRO 12 - PARTICIPAÇÃO DA FAMILIA DURANTE AS AULAS REMOTAS

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Bom, tive e tenho muita dificuldade no retorno das atividades, tanto escola como eu (professora) faço busca ativa. Embora sempre estimulando, apoiando, enviando mensagens e fazendo ligações, é muito raro ter o feliz retorno.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“A maioria se empenhou e foi bem participativa.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Evidencia-se que é de suma importância a participação da família, ainda mais no período pandêmico que estamos vivenciando. Com isso, nas falas das participantes, por parte da **professora Girassol**, é muito difícil o retorno das atividades por parte da família, visto que é preciso que ela vá “atrás” dos seus alunos, realizando a busca ativa dos mesmos.

Com isso, a busca ativa torna-se uma ferramenta para garantir a permanência dos estudantes dentro das escolas. Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) aponta que o Brasil pode regredir cerca de duas décadas em termos de educação em razão dos números de evasão escolar. Segundo Julia Ribeiro de Educação da Unicef no Brasil (2021) “é muito importante ter um olhar voltado para as crianças e adolescentes de modo a impedir

que o vínculo com a escola se rompa. Porque depois que esse vínculo é rompido, é difícil retomá-lo.”

Pode-se perceber que a união de todos os esforços é necessária diante do cenário atual de pandemia, passando, portanto, essencial que a relação entre família e escola esteja mais estreitada, para que os propósitos educacionais sejam preservados e os objetivos sejam alcançados mesmo que a situação torne-se cada vez mais complicada (MACHADO, 2020)

Além disso, aos alunos que não possuem condições suficientes com equipamentos adequados, internet, optou-se pela distribuição de materiais impressos com atividades diárias, mas que mesmo assim, a escola acaba não recebendo o retorno das atividades.

QUADRO 13 - TIPOS DE ATIVIDADES NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIANTE DA PANDEMIA

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“Vídeos interativos, aulas pelo google meet, vídeo chamada e atividades impressas.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Vídeos, fotos, brincadeiras para fazer em casa, caça a tesouros dentro de casa, pequenas entrevistas com os pais ou pesquisas.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

Perguntamos as professoras que tipos de atividades propuseram na elaboração dos seus planejamentos:

A **professora Girassol** que é da escola municipal, relatou que as aulas aconteciam via plataforma no *Google Meet* sincronamente, com atividades impressas que eram entregues na escola. Também apresentava vídeos interativos disponibilizados no *WhatsApp*.

A **professora Margarida**, buscou utilizar os recursos de vídeos, brincadeiras que fossem adaptadas para a realização em casa. E também pesquisas e entrevistas com os pais dos alunos.

Assim, durante a pandemia da Covid-19, o Brasil experimentou propostas de ensino não presenciais, nos quais Valente (2014) apresenta em formato de ensino

remoto emergencial. Sobre esse formato Moreira e Schlemmer (2020, p. 9) assinalam que:

[...] o Ensino Remoto de Emergência é, na realidade, um modelo de ensino temporário devido às circunstâncias desta crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas idênticas às práticas dos ambientes físicos, sendo que o objetivo principal nestas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional online robusto, mas sim fornecer acesso temporário e de maneira rápida durante o período de emergência ou crise.

Esse formato de ensino suscitou inúmeras críticas, devido a não presencialidade das crianças nas escolas. Pois segundo Borba (2012), o autor se refere à modalidade de ensino formalizada Educação a Distância (EAD). Pode-se considerar essas críticas para o ensino remoto, já que elas se referem a situações que são capazes de serem identificadas nas aulas on-line, fora do ambiente escolar.

No quadro 14, estão as respostas referente as maiores dificuldades das professoras com a realização do planejamento diante do momento pandêmico.

QUADRO 14 - MAIORES DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO NO PERÍODO PANDÊMICO

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“No momento nenhuma. Pois tenho uma coordenadora pedagógica que é excelente, está sempre me orientando e ajudando no que for necessário.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Adaptar atividades que precisavam de espaço, o medo de pedir algo que os pais classificavam como “muito elaborado” e eles acabarem não cumprindo, adaptar recursos que tínhamos na escola para recursos que eram encontrados em casa.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

A **professora Girassol** destaca que não obteve dificuldades, visto que a coordenadora pedagógica da escola está sempre presente, auxiliando-a no que fosse possível. Nesse sentido, o papel do coordenador pedagógico visa construir uma educação de qualidade, com objetivo do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e a contribuição no processo de uma gestão escolar democrática participativa e uma de suas atribuições é fazer com que o aluno amplie seus conhecimentos e valores humanísticos. Assim, o coordenador deverá apresentar um perfil baseado em sua práxis, necessários para o exercício de sua função (FREIRE, 1996).

Ainda, parte-se do pressuposto, em que Almeida (2001) confere ao Coordenador Pedagógico, as seguintes atribuições:

[...] mediar o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como criar condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (ALMEIDA, 2001).

Segundo o autor, o papel do coordenador tem inúmeras características, isso faz com que suas potencialidades sejam de transformação através de suas experiências e interesses dentro do espaço escolar. A **professora Margarida**, ressalta que, encontrou muitas dificuldades, acerca do seu pensamento voltado de como os pais iriam reagir diante das suas atividades propostas, uma vez que o planejamento era pensado como se os alunos tivessem na escola, mas adaptando para que as atividades fossem realizadas em casa, com os materiais e o espaço de casa. O quadro 15 destaca como as professoras pensaram no retorno presencial dos alunos:

QUADRO 15- RETORNO PRESENCIAL DOS ALUNOS AINDA EM UM MOMENTO PANDÊMICO

Professora Girassol – Escola Municipal	<i>“O planejamento foi realizado com a maior tranquilidade possível, pois sendo um momento de muito cuidado, distanciamento, eles superaram todas as expectativas possíveis.”</i>
Professora Margarida – Escola Privada	<i>“Foi uma pequena amostra do que seria o retorno ao normal, primeira coisa foi adaptar as regrinhas de convivência, para que eles respeitassem o distanciamento e em hipótese alguma chegassem perto dos colegas ou compartilhassem qualquer coisa, após isso observar os espaços disponíveis e com os recursos pensar nas atividades a serem desenvolvidas.”</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (excertos do questionário)

A **professora Girassol** afirmou que o planejamento foi idealizado com segurança, tranquilidade e buscando sempre manter o distanciamento social, em relação ao espaço escolar. Com todos os cuidados, o retorno superou as expectativas de todos.

Dessa maneira, o retorno das aulas presenciais para a Educação Infantil, sempre foram uma das grandes preocupações das escolas e também das famílias. Mas, com um planejamento elaborado e mantendo o comprometimento de toda a comunidade escolar, foi possível retomar as aulas, com segurança e dando continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, as crianças foram incluídas novamente no ambiente escolar, com novos vínculos com adultos e crianças.

No entanto, essa inclusão deveria acontecer de maneira cuidadosa com enorme atenção diante do planejamento e ações que possibilitassem o envolvimento e adequações que surgiram para o retorno presencial das aulas, como por exemplo, organização dos espaços, materiais, entre outros.

[...] Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BRASIL, 2018a, p. 53).

A **professora Margarida** manifesta também que primeiramente o principal eixo para o retorno das aulas presenciais foi preparar as crianças, com o intuito de relembrar e reforçar as regras básicas de convivência em contato com outras pessoas. Vale ressaltar que, também foram readequados os espaços que seriam disponíveis para a realização das atividades. Portanto, através das respostas obtidas pelas **professoras Girassol e Margarida**, foi possível perceber as dificuldades e os obstáculos já percorridos por elas, para ministrar as aulas frente a pandemia da Covid-19. Essas análises demonstram que o planejamento é reconhecido e muito importante no cenário escolar, diante da sua organização na rotina das crianças e possui uma espécie de guia para os docentes.

A seguir, são apresentadas as considerações finais acerca da presente pesquisa, com o intuito de destacar as análises e conclusões obtidas acerca do problema investigado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi organizado a partir do objetivo geral que buscou analisar como está sendo o desenvolvimento dos planejamentos na Educação Infantil e os seus resultados, diante o período pandêmico.

Ao observar o processo do planejamento pedagógico na Educação Infantil, pudemos avaliar que ele é um instrumento muito importante para o professor na construção e mediação das atividades propostas, na busca pela aquisição de conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidas nessa etapa de ensino.

Analisando as metodologias utilizadas no processo docente nesse período pandêmico, e comparando os planejamentos da rede privada e da rede municipal percebemos que há uma falta de materiais por parte da escola municipal para que sejam realizadas algumas atividades específicas que a professora planeja. Já na rede privada, existem mais recursos a serem utilizados, visto que também as crianças possuem as tecnologias e mais fácil acesso.

Além disso, a participação da família é muito importante ainda mais nessa etapa escolar, onde as crianças precisam de um adulto que as auxiliem nas atividades. Por isso, na escola privada a família esteve presente enquanto as crianças estiveram em casa.

Nesse sentido e respondendo a nossa questão norteadora, de que forma o planejamento na Educação Infantil está sendo organizado diante dos obstáculos frente a pandemia da Covid-19, podemos concluir que a análise realizada dos dados coletados demonstraram o quanto houve obstáculos, diante das aulas remotas, principalmente por parte da escola pública, no qual a professora relatou a dificuldade que ela teve em receber o retorno das atividades, uma vez que necessita realizar a busca ativa dos alunos. Além disso, como já retornaram as aulas presenciais nas escolas, muitas vezes a docente constrói um planejamento interativo e divertido para as crianças, mas acaba tendo que adaptar, por falta de materiais na escola.

Foi possível perceber o quanto o papel do planejamento é importante na rotina do professor, visto que é uma ferramenta para garantir um melhor aproveitamento em razão dos conhecimentos e habilidades a serem explorados pelas crianças, além de guiar os objetivos da aula. Assim, mesmo com a falta de retorno da família em relação as atividades devolutivas, a professora da escola pública não mediu esforços para realizar a busca ativa pelos alunos. Já na rede privada se percebeu uma realidade

diferente, as famílias se empenhavam e eram mais participativas, percebeu-se também que as tecnologias foram fundamentais para apoiar as aulas, por parte da interação com a docente e os alunos, ou pela plataforma da escola (rede privada).

Por isso, é preciso enfatizar o papel excepcionalmente importante da Educação Infantil em uma perspectiva de planejamento para a consolidação de uma educação de qualidade e com segurança para todos. Não podemos deixar de mencionar, também o quanto a atuação das educadoras, foi fundamental para estimular e criar atividades que adaptavam com os recursos para as crianças que estavam em casa.

Coerentemente, conforme os documentos e os questionários evidenciaram as professoras pensaram e colocaram em prática inúmeras formas de “fazer acontecer” as aulas, mesmo que distantes dos seus alunos, proporcionaram atividades interativas, estimularam, apoiaram seus alunos, enviaram mensagens, ligações, vídeo chamadas, e atividades impressas no processo docente nesse período pandêmico.

Chegando ao final desse estudo, podemos dizer, a partir da análise realizada com base na literatura que tivemos acesso e os dados coletados que o tema planejamento, pela sua complexidade, entendemos ainda precisa de ser mais pesquisado sob nova perspectiva, adotando outros métodos e colaboradores. Desejamos que os achados nessa pesquisa possam contribuir em melhores práticas pedagógicas dos professores.

REFERÊNCIAS

- A educação infantil e o seu contexto histórico.** Disponível em: <<https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-infantil-seu-contexto-historico.htm>>. Acesso em 15 jun.2021.
- ALBUQUERQUE, G. et.al. **A concepção do brincar na base nacional comum curricular.** Revista Multidebates, v.4, n.2 Palmas-TO, 2020. Disponível em: <<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/206/197>>. Acesso em 12 out.2021.
- Alfabetização: como respeitar o ritmo de aprendizado de cada criança.** <<https://familycenter.com.br/alfabetizacao-como-respeitar-o-ritmo-de-aprendizado-de-cada-crianca/>>. Acesso em: 09 out. 2021.
- ALMEIDA, H. L. M.; BRITO, V. M; ALMEIDA, L. M.; Espaço Escolar. 26 de Novembro de 2008.
- ALMEIDA, L. R. et.al. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** 6.ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- ALMEIDA, Renato Barros. **Concepções de infância e criança em Goiânia sob o olhar da assistência social.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiás, p.52, 2010.
- ALVES, A. et.al. **Plano de retomada das aulas presenciais.**In: João Ramalho.Secretaria Municipal de Educação e Cultura.p. 47, 2021. Disponível em: <http://www.joaoramalho.sp.gov.br/decretos/planoretomada_aulaspresenciais_jr31052021.pdf>. Acesso em 11.out.2021
- ARAUJO, P. F. **Planejamento pedagógico na educação infantil.** p. 35, 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t205692.pdf>. Acesso em 11 out.2021.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- AROEIRA, Maria Luísa Campos; MENDES, R. E; SOARES, B. I. M. **Didática de pré-escola: vida criança: saber brincar e aprender.** São Paulo: FDT, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa e SOLE, Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil.** Artes Médicas, 1999. Porto Alegre.

BESERRA, Aurília Coutinho. **A inserção das creches no sistema de ensino: conquistas, perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, 2007.

BERTOSO, Eunice Barros Ferreira; MOTA, Elizete Araujo da Silva. **A ludicidade no ensino da matemática na Educação Infantil (2010)**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6238733-A-ludicidade-no-ensino-da-matematica-na-educacao-infantil.html>>. Acesso em: 23 agosto 2021.

Biografia de Comenius. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/comenius/>>. Acesso em: 03 set. 2021.

BORBA, M. C., Silva, R. S., & Gadanis, G. (2016). **Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: sala de aula e internet em movimento** (1ª ed., 2ª reimp.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 28 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Centro Grafico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Estabelece a Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRUNO, Cristina; FORTUNATO, Sarita; BERGAMO, Rejane. **O planejamento educacional: seus impactos na ação docente**. Paraná, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17783_9964.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Busca ativa é ferramenta para garantir permanência de estudantes na escola. Disponível em: < <https://www.centralpress.com.br/busca-ativa-e-ferramenta-para-garantir-permanencia-de-estudantes-na-escola/>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael; RIBEIRO, Elisa. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**

COSTA, A; KUNZ, E. **Brincar e Se-Movimentar: tempos e espaços de vida da criança**. Or. Elenor Kunz. Ijuí. Ed. Unijuí, 2017.

DOLTO, Françoise. **La causa de los niños**. Buenos Aires, PaidÚs: 1993.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

Educação Infantil: Processo histórico na Europa e no Brasil. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_infantilprocesso_historico_na_europa_e_no_brasil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso, governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. **Infância, Escola e Filosofias da Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.cap.1, p.17-23 In: História da educação brasileira. Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

JÁCOME, S, Paloma. **Criança e infância: uma construção histórica**. Natal, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/qrlX8>. Acesso em: 15 jun. 2021.

JESUS, D. A. D; GERMANO, J. **Importância do planejamento e da rotina na educação infantil**. Setembro/2013.

JESUS, Degiane Amorim. **A importância do planejamento e da rotina na educação infantil**. 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/oMUY4>. Acesso em: 08 out. 2021

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil** / Gabriel de Andrade Junqueira Filho; [Prefácio Marcos Villela Pereira]. – 6. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2013.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987

KUHLMANN, Junior, Mousés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUNZ, E. **Sobre como tolhemos a curiosidade das crianças**. Motrivivência (UFSC) v.29, p.192-204, 2017.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

LEAL, P. C. S. A Educação Diante De Um Novo Paradigma: Ensino A Distância (Ead) Veio Para Ficar! **Gestão & Tecnologia**, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 41-43, jul. 2020. ISSN 2176-2449.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e de gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, M. **Um recorte sobre a história da educação infantil**. Paraíba, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/arxLZ. >. Acesso em: 25 jun. 2021

LOBO, Ana Paula. Políticas públicas para Educação Infantil: uma releitura da legislação brasileira. In: VASCONCELLOS, Vera. **Educação da Infância: história e política**. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2011.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Patrícia Lopes Pimenta. **Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 58-68. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 23 agosto 2021.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil**. 135p. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

MARTINEZ, M. J.; LAHORE, C. E. O. **Planejamento Escolar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

MAUÁ JR, R. M. **Planejamento escolar**: um estudo a partir de produções acadêmicas (1961-2005). 2007, 136f. Tese. Doutorado em Educação. UNESP, Marília/SP, 2007.

MELLO, Suely Amaral. As práticas educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas. In: RODRIGUES, Elaine, et al. **Infância e práticas educativas**. Maringá: Eduem, 2009. p. 11-21.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula**. 17ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Conceito de Avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa, ASSIS, Simone Gonçalves de, SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GOMÉZ, Carlos. Díficeis e Possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problema de saúde. In: Paulete Goldenberg, Regina Maria Giffoni Marsiglia, Mara Helena de Andrea Gomes (orgs). **O Clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em Ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/O_Clássico_e_o_Novo/9G0uBAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1>. Acesso em: 19 out. 2021.

Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 21 out.2021.

NUNES, Maria Fernandes Rezende. **Educação infantil**: instituições, funções e propostas. Educação infantil: cotidiano e políticas / Patrícia Corsino, (org.) Coleção educação contemporânea, Campinas, SP: autores associados, 2012.

O ensino remoto a partir da pandemia, solução para o momento, ou veio para ficar? Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/partir-da-pandemia>>. Acesso em: 03. ago. 2021.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Moraes. **Os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil**. In Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Moraes. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORSOLINI, Alba; OLIVEIRA, Sheila. **Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica.** Disponível em: <https://pos.unifacef.com.br/_livros/Cultura_Desenv/Artigos/Alba_Sheila.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Andando por creches e pré-escolas públicas: construindo uma proposta de ensino. Encontros e desencontros na educação infantil: partilhando experiências de estágios/Luciana E. Ostetto (org.).** – 10ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios.** Campinas: Papyrus, 2000.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática.** Campinas: Papyrus, 2004.

PARO Henrique Vitor. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 3ª ed. São: Editora Ática, 2005 p., 11-25.

PILLAT, R.F; SILVA S.C; PILLAT, B.R.L. **Anais do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS.** Maranhão, 2020. Disponível em: <<https://www.unibalsas.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/Anais-2020.pdf#page=44>>. Acesso em: 04.ago.2021.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças contextos e identidades.** Universidade do Minho, centro de estudos da criança, 1997.

Respeitando os limites de aprendizagem de cada aluno. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/respeitando-os-limites-aprendizagem-cada-aluno.htm>>. Acesso em: 09 out. 2021.

RIBEIRO. M. P.; CLÍMACO, F. C. **Impactos da pandemia na Educação Infantil: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil?** 2020. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23756>>. Acesso em: 21 out. 2021.

ROCHA, M. et.al. **O uso de tecnologias digitais no processo de ensino durante a pandemia da covid-19.** P. 25, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/20703-Texto%20do%20Trabalho-85473-1-10-20201230.pdf>>. Acesso em: 11 ou. 2021.

ROSA, R. T. N. **Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus-o COVID-19!.** Rev. Cient. Schola Colégio Militar de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil Volume VI, Número 1, Julho 2020. ISSN 2594-7672.

SANTOS, F. **Análise de conteúdo**: A visão de Laurence Bardin. Revista Eletrônica de Educação, v.6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>>. Acesso em: 13 out. 2021

SAVIANE, D. **Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, 1999.

SENHORAS, E. M. **A pandemia do novo coronavírus no contexto da cultura pop zumbi**. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 1, n. 3, 2020.

SILVA, Amanda Bertolada. **Múltiplas faces da infância**: concepções que se constroem no mundo contemporâneo. 57 p. 2009. Monografia (curso de Pedagogia), - Universidade Estadual de Londrina, 2009.

SILVA, M. R; *et.al.* **Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações**. Sobral: Edições UVA, p.305, 2018.

STF confirma idade de corte para ingresso na educação infantil e fundamental. <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/stf-confirma-idade-de-corte-para-ingresso-na-educacao-infantil-e-fundamental.>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

TEIXEIRA, B. E. **A análise de dados na pesquisa científica importância e desafios em estudos organizacionais**. Ed. Unijuí, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/84-Texto%20do%20artigo-286-1-10-20111013.pdf>>. Acesso em 28 set. 2021.

VALENTE, J. A. **A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação**. Revista UNIFESO: Humanas e Sociais, v. 1, n. 1, p. 141-166, 2014b.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VIEIRA, S. C. Débora; FARIAS, P. N. Rhaissa; MIRANDA, S. **Educação Infantil na perspectiva histórico- cultura**: Concepções e práticas para o desenvolvimento integral da criança. São Carlos. ed: Pedro & João, p. 219, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Coordenação da tradução: Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos - Departamento de Ciências Biomédias USP Revisão da tradução: Monica Stahel M. da Silva. – 4 ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS COLABORADORAS

- 1) Qual Rede de ensino você trabalha?
() Municipal () Estadual () Privada
- 2) Há quanto tempo?
- 3) Para que ano você leciona? E Há quantos anos você atua nessa etapa de ensino?
- 4) Qual a média de idade dos seus alunos?
() 1-2 anos () 3-4 anos () 5-6 anos
- 5) Na sua concepção, qual a importância do planejamento na Educação Infantil?
- 6) O que o professor deve levar em conta no momento de planejar atividades para a educação infantil?
- 7) Na sua concepção, qual a importância de observar o entorno da escola no momento de realizar seu planejamento das atividades?
- 8) É ideal que o professor tenha clareza diante dos seus objetivos educativos com mais tranquilidade e flexibilidade nas suas ações. Com isso, como as crianças reagem a sua ação? É uma ação mais rápida que você previa?
- 9) As crianças costumam dar continuidade na sua proposta, ou interessam-se por algo inesperado por você?
- 10) Como você se organiza na elaboração do planejamento? Marque com um X a opção que você realiza:

() Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente
- 11) Antes da pandemia, como era realizado seu planejamento?
- 12) Descreva um pouco, sobre como é realizado o seu planejamento atualmente?

- 13) Como foi a participação da família na realização das atividades, diante do ensino remoto?
- 14) Que tipos de atividades foram propostas na elaboração do seu planejamento?
- 15) Quais são suas maiores dificuldades, com a realização do planejamento, diante do momento pandêmico?
- 16) Como você pensou no planejamento para o retorno presencial dos alunos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada _____, desenvolvida pelo(a) acadêmico(a) da UERGS _____. Fui informado(a) de que a pesquisa é orientada pela professora Edilma Machado de Lima a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário. Tenho ciência de que minha participação não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa, ainda que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos.

Vale ressaltar que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins da pesquisa e serão mantidos em sigilo, as identidades dos participantes da investigação, assim como a identificação da(s) escola(s), de acordo com o que prevê a resolução 466, de 12 de dezembro de 2012/CNS Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Fui ainda esclarecido(a), de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimento.

Alegrete, _____ de _____, de 20____.

Assinatura: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) professor(a): _____